

“QUEM VAI PAGAR PELO SANGUE DOS NOSSOS IRMÃOZINHOS?”: TRAUMA E MEMÓRIA NAS CARTAS DOS SOBREVIVENTES DO MASSACRE DO CARANDIRU

**NATHALIA VIEIRA RIBEIRO¹;
CARLA RODRIGUES GASTAUD²**

¹Universidade Federal de Pelotas – ribeirovnathalia09@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – crgastaud@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O massacre do Carandiru foi uma chacina brutal ocorrida em 2 de outubro de 1992, dentro da Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru. A intervenção policial na rebelião no Pavilhão 9, resultou na morte de cento e onze detentos, marcando um dos episódios mais sombrios da história do sistema prisional brasileiro.

Transcorridos trinta e um anos desse massacre, a resposta do governo sobre as denúncias na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foi pífia. Nenhuma iniciativa estatal foi tomada ao longo dessas três décadas em prol dos familiares das vítimas fatais e dos sobreviventes¹. A chacina permanece uma ferida aberta na memória nacional, sendo constantemente evocada por diferentes grupos².

Diante dessa conjuntura de iniquidade, este trabalho, que é fruto de um recorte da pesquisa de mestrado em andamento no programa de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, parte da premissa de que lembrar é resistir à tentativa de apagamento e à repetição sistemática da violência de Estado. As muitas vozes que quebram o silêncio institucional sobre o massacre o fazem sob a forma de livros, filmes, músicas, e no caso deste trabalho, especificamente, sob o formato de correspondência.

No percurso da pesquisa, analiso doze cartas escritas por sobreviventes do Massacre do Carandiru, onze delas, inéditas, encontravam-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, e uma, anônima, foi recebida pela Prof.^a

¹ O número crescente de chacinas e massacres ocorridos em presídios brasileiros após 1992, tais como o Massacre da Papuda (2000), a Chacina de Urso Branco (2002), a Chacina do Presídio de Pedrinhas (2010), o Massacre do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (2017), o Massacre da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (2017), o Massacre prisional de Altamira (2019), entre muitos outros, refletem esse contexto de impunidade. Referente especificamente ao Massacre do Carandiru, o único memorial dedicado à memória dos antigos moradores do então Complexo Penitenciário Flamínio Fávero, o Memorial Espaço Carandiru, no ano de 2023, suspendeu por tempo indeterminado suas atividades, em razão da falta de verbas destinadas ao projeto. Além disso, o TJ-SP decidiu que o indulto de Bolsonaro a PMs condenados pelo Massacre do Carandiru é constitucional. Desse modo, dos 74 policiais militares condenados pelos assassinatos de setenta e sete detentos, sessenta e nove continuam vivos e ninguém foi preso até hoje. Não obstante, segundo dados do relatório Nº 34/00 da comissão interamericana de Direitos Humanos há um contingente desconhecido de pessoas assassinadas e apagadas de qualquer fonte sobre o Massacre do Carandiru.

² Em agosto de 2024, vários PMs gravaram vídeo cantando música de exaltação ao 'Massacre do Carandiru'. Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/07/10/pms-que-aparecem-em-video-cantando-musica-de-exaltacao-ao-massacre-do-carandiru-sao-alunos-do-curso-de-soldados.ghtml>. Em paralelo, sobreviventes seguem contando suas versões dos fatos. Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/01/apos-30-anos-sobreviventes-do-massacre-do-carandiru-lembram-quase-morte-e-conversa-entre-pms-vamos-ver-quem-mata-mais.ghtml>.

Regina Pedroso, e encontra-se transcrita em seu artigo “Abaixo os direitos humanos! A história do massacre de cento e onze presos na casa de detenção de São Paulo” (2012). À exceção desta correspondência, da qual apenas a transcrição está disponível, todas as outras epístolas puderam ser acessadas integralmente em formato digitalizado, através do site “Fiquem Sabendo”³. As cartas mantêm em sigilo a identidade dos escritores. A leitura dessas missivas proporciona uma visão do episódio a partir do ponto de vista dos sobreviventes, de quem esteve lá e presenciou tudo e que, por incontáveis motivos, não foi ouvido pela grande mídia.

A carta permanece diante da efemeridade das vidas e ações humanas de tal modo que seu papel não se sustenta apenas no desejo de reciprocidade, no tornar-se presente diante da ausência, mas também enquanto documento, fragmento do passado. A carta também é, nesse caso, um testemunho (GINZBURG, 2007, p. 10) do massacre por escrito.

Com isso em mente, busquei refletir sobre algumas questões centrais que implicam entender como a elaboração traumática, que se transforma em narrativa acerca do irrepresentável através da produção das cartas dos sobreviventes do massacre, pode articular o trauma à memória social, com o objetivo de compreender de que maneira o sobrevivente pode construir mecanismos de significação que possibilitem a via narrativa no processo de construção da memória social sobre a chacina.

2. METODOLOGIA

Enquanto objeto de pesquisa, compreendo a correspondência tanto como fio, “no sentido de constituir e/ou compor uma narrativa dos acontecimentos vividos” (SOUZA, 2014, p. 11), quanto como “rastros”, vestígio preservado em sua materialidade. Como fios de uma trama, as cartas dos sobreviventes oferecem muitas possibilidades de leitura, pois elas humanizam, contornam rostos e vozes que, atravessados pela iminência da morte, refugiaram-se na escrita como suporte para o trauma e como instrumento de denúncia. Compreendo, nesse sentido, as cartas no âmbito da cultura escrita. Dessa forma, persegui uma perspectiva metodológica narrativa. Ou seja, pensar a narrativa como uma forma de pesquisa qualitativa (SANTOS et al., 2019), tendo como base a análise documental (MOREIRA, 2005). Assim, as cartas se destacam pelo seu potencial indiciário (GINZBURG, 1989), documentos esses “entranhados de história” (GINZBURG, 2007, p. 11).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As cartas produzidas pelos sobreviventes do Massacre, que se encontram disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo, são parte significativa do acervo sobre a chacina. Muitas delas estão datadas, duas foram produzidas no dia mesmo da chacina. Quatro delas não possuem data, de modo que é impossível precisar o dia de escrita, entretanto, a hipótese é de que tenham sido elaboradas entre os dias 1 e 12 de outubro, dado a data de produção das outras cartas do conjunto.

O epistolário é provavelmente muito maior do que as correspondências analisadas. Contudo, esses são os documentos que foram disponibilizados para a

³ As correspondências foram doadas ao site em 11 de outubro de 2022, 30 anos após o massacre, que disponibilizou esses documentos mediante o pedido de acesso.

pesquisa. Embora a maior parte das cartas seja individual, ao menos duas falam em nome dos detentos do pavilhão 9 e, mesmo as que não o fazem de modo explícito, ainda guardam apelos em prol dos companheiros de cela e/ou pavilhão.

As cartas apresentam diferentes destinatários, entre eles uma amiga (da qual o nome foi preservado), uma endereçada aos repórteres, sete à juízes ou órgão de instância superior, sem especificar a quem – cargo profissional ou nome próprio – se destinam. Os detentos apenas indicam interlocutores genéricos como “Vossa excelência” ou “Senhores e Senhoras”. Ainda, algumas sequer possuem um destinatário explícito, de modo que, pelos indícios de suas escritas, notadamente denúncias, súplicas e pedidos de reparação, são endereçadas à alguma jurisdição ou figura que a represente.

Os temas mais presentes nas escritas dos sobreviventes são a reconstrução do massacre – expondo as práticas de violação dos direitos humanos e a violência policial, indissociáveis – e os efeitos do trauma no sujeito, que refletem o suplício diante do horror, e a denúncia como forma de resistência. Desse modo, esses documentos se constituem enquanto fragmentos que guardam as marcas da violência.

Conforme escreve Ginzburg (GINZBURG, 2006, p. 13), as fontes escritas que nos são acessíveis são como filtros, o que significa dizer que os “pensamentos, crenças, esperanças” (GINZBURG, 2006, p. 13) daqueles que escrevem são intermediários que se deformam pelos vários atravessamentos que os circundam no momento de suas produções. As cartas, zonas interditas do eu que permitem expurgar o trauma no refúgio de uma página em branco (CERTEAU, 1998), guardam indícios de nuances humanas muito subjetivas e distintas entre si, ainda que detenham acúmulos semelhantes, constituindo-se, portanto, como instrumentos fundamentais para tanto denunciar a extrema violência quanto para depositar a recordação do mal, de modo a depurar as cenas que nunca deixarão a memória. Nesse sentido, as missivas guardam relações de dever, insubmissão, desejo de reparação etc.

Diferentemente dos inquéritos policiais, das imagens de corredores alagados de sangues, dos corpos no necrotério ou empilhados nos corredores, arquivos da violência, do excesso, que transformam as vidas dos sobreviventes em cadáveres, formas “de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violado, um inventário de propriedade” (HARTMAN, 2020, p. 15), as cartas, apesar de também conterem essas formas de violência, não produzem vidas descartáveis. Suas escritas subvertem as narrativas de encontro com a morte e encenam o desejo de transformar o presente vivido, contendo elementos que traduzem o sofrimento.

4. CONCLUSÕES

O testemunho inscrito na carta assinala não só a perda, a ferida, mas fundamentalmente a resiliência do sujeito em suportar a dor para apropriar-se das marcas da violência e ressignificá-las por meio do narrar. Desse modo, a testemunha, o sobrevivente, é “[...] co-productor de vida y del saber (ORTEGA, 2011, p. 29). Nesse sentido, as muitas formas de dizer, e mesmo o não-dito, auxiliam no processo de sensibilização sobre o terror. As correspondências, por serem nominativas e apresentarem inscrições, imagens em forma de texto, que personalizam o martírio, presentificam o ausente diante de um passado que é, ele mesmo, atual.

Esse estudo busca pensar a carta como documento político, instrumento de contestação para desafiar o punitivismo entranhado nas instituições brasileiras e,

nesse sentido, sua justificativa se ancora no fato de que para enfrentar a violência de Estado, e seus efeitos sociais, é necessária uma adequada preservação da memória e sua busca pela verdade.

Diante de um conjunto de iniciativas insatisfatórias do sistema de justiça em atribuir responsabilidades e a falta de ações de reparação, a pesquisa busca refletir sobre as narrativas dos sobreviventes, de modo que a memória oficial sobre o massacre se aglutine às memórias individuais, oferecendo pontos de vista sobre a (in) justiça. Além disso, esses discursos possuem também a função de preservar a voz desses sujeitos de maneira que a memória dos que submergiram (BASEVI, 2020), não morra na lembrança daqueles que ficaram.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASEVI, Anna. A sombra dos submersos. **Literatura e sociedade**, nº 32, p. 73-97, 2020.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista ECO-Pós**, [s.l.], v. 23, n. 3.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.nuevo milenio, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011, p. 1-39.
- ORTEGA, Fernando. El trauma social como campo de estudios. In: ORTEGA, Fernando. **Trauma, cultura e historia**: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011, p. 1-39.
- PEDROSO, Regina. Abaixo os direitos humanos! A história do massacre de cento e onze presos na casa de detenção de São Paulo. **Revista Liberdades**, Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminal (IBCCRIM), n. 9, 2012.
- SANTOS, M. S; FOURAUX, C. G. S; MARQUES, V. S. Narrativa como método de pesquisa. **Revista Valore**, Volta Redonda, 5 (Edição Especial): 37-51 2019.
- SOUZA, Cristiële de. **Escrever, guardar, lembrar**: os copiadore de carta de Dom Joaquim Ferreira de Mello. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014, 129f.